

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Notas](#) 4

Folha de S. Paulo

[Título: Distribuidoras da Eletrobras já têm interessados, diz governo](#) 6

Valor Econômico

[Título: Petróleo pode render até R\\$ 70 bi este ano](#) 8

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

[Título: Impacto bilionário](#) 2

[Título: Isto pode, Arnaldo?](#) 4

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 4

[Título: Notas](#) 4

[Título: PF responsabiliza Dilma por Pasadena](#) 4

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 6

[Título: Distribuidoras da Eletrobras já têm interessados, diz governo](#) 6

[Título: Mineradora paralisará atividades em MG](#) 7

VEÍCULO: Valor Econômico 8

[Título: Petróleo pode render até R\\$ 70 bi este ano](#) 8

[Título: Curta](#) 10

[Título: Destaques](#) 10

[Título: Medidas da Aneel equilibram distribuidoras da Eletrobras](#) 11

[Título: Petrobras põe mais três ativos à venda](#) 12

[Título: Controle da Baldin na berlinda](#) 13

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Impacto bilionário**

Leilão de blocos em Campos e Santos vai render até US\$ 100 bi em investimentos no Rio.

A 15ª rodada de licitações da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que mostrou interesse renovado pela Bacia de Campos, vai representar investimentos bilionários no Estado do Rio de Janeiro. Considerando os nove blocos licitados na Bacia de Campos e ainda os três blocos da Bacia de Santos leiloados na semana passada que estão em frente ao litoral fluminense, a Firjan estima que os investimentos podem chegar à casa dos US\$ 100 bilhões (cerca de R\$ 330 bilhões) entre 2025 e 2035, e os royalties e participações especiais, após a entrada em produção das áreas, somariam US\$ 90 bilhões até 2040. Região mais tradicional de produção de petróleo em alto mar no país, em atividade há 40 anos, a Bacia de Campos estava sem oferecer novas áreas há uma década, desde que o governo suspendeu as licitações para definir um novo marco regulatório após a descoberta do pré-sal. E foi justamente o potencial dessa nova província petrolífera que tornou essas áreas da Bacia de Campos, ainda que no pós-sal, tão atrativas, pois estão às margens do pré-sal. No leilão da semana passada, pelo regime de concessão, o governo obteve uma arrecadação recorde de R\$ 8 bilhões, dos quais R\$ 7,5 bilhões vieram da Bacia de Campos.

INTERESSE PELO ENTORNO DO PRÉ-SAL

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, destacou que a área onde ficam os nove blocos é considerada uma nova fronteira não explorada mais ao sul da Bacia de Campos, e distante das regiões onde historicamente se desenvolveu a produção no pós-sal. Para ele, o Estado do Rio poderá se beneficiar o desenvolvimento desses blocos. — Boa parte das encomendas de equipamentos e serviços pode ser feita no Estado do Rio. Com as novas regras do conteúdo local (de encomendas), com o Repetro (regime tributário especial) funcionando, com os leilões acontecendo, o impacto na economia do Rio será relevante nos próximos anos. Tudo que está sendo feito é a confirmação da retomada do Rio de Janeiro na atividade petrolífera — destacou Décio Oddone.

Segundo projeções da ANP, o desenvolvimento dos nove blocos licitados na Bacia de Campos vai gerar investimentos entre US\$ 8 bilhões e US\$ 12 bilhões, e resultar no pagamento futuro para o Estado do Rio de pelo menos US\$ 10,5

bilhões em royalties e participações Especiais (PEs). Os números são menores que os da Firjan porque tratam de estimativas preliminares e consideram os investimentos apenas em plataformas de produção. Especialistas afirmam, porém, que as áreas demandarão parte das encomendas de equipamentos, bens e serviços no Estado do Rio, dada a localização dos blocos. Mas por que esses blocos na Bacia de Campos e Santos despertaram tanto interesse das gigantes petroleiras?

O geólogo e especialista Pedro Zalán, da Zag Consulting in Petroleum, explica que esses blocos se encontram numa parte ao sul ainda não explorada na Bacia de Campos, afastada dos núcleos de produção atuais e em águas ultraprofundas. O geólogo destacou que estudos realizados por companhias de sísmica mais a leste do polígono do pré-sal, em águas ultraprofundas, principalmente na Bacia de Campos e depois na de Santos, concluíram haver a possibilidade de existirem gigantescas reservas de petróleo no pré-sal fora do polígono. A área conhecida como polígono do pré-sal compreende 149 mil quilômetros quadrados no mar territorial entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo. O polígono foi demarcado após a descoberta das reservas gigantes do pré-sal e, ali, só podem ser feitos leilões pelo regime de partilha.

— Esses blocos leiloados na semana passada estão bem ao sul do núcleo de Campos e bem ao leste do núcleo de Santos, e muito mais distantes da costa. Era uma região remota e desconhecida, sem poços, sem linhas sísmicas, sem dado nenhum. A região fronteira entre as Bacias de Santos e Campos sempre foi “terra de ninguém” em termos exploratórios. E estão em águas profundas, a até 3.000 metros, então ninguém se interessava mesmo. Mas o fascínio pelo pré-sal capturou a indústria petrolífera mundial. Várias companhias de sísmica começaram a adquirir dados especulativos nas áreas fora do polígono para ver se era possível encontrar estruturas de pré-sal — explicou Pedro Zalán.

FIRJAN: AMBIENTE MELHOR FACILITA INVESTIMENTOS

Karine Fragoso, gerente de Óleo e Gás da Firjan, destaca que vem crescendo a pressão mundial pelo uso de energias renováveis e, por isso, é urgente o Brasil aproveitar o momento atual e transformar essas reservas de petróleo em riqueza e renda. — São estimativas muito preliminares com base em campos de formações semelhantes, é um cálculo do potencial de investimentos para os dez primeiros anos do desenvolvimento da produção. Pelo menos 33% desses investimentos serão feitos no país, por conta das exigências do conteúdo local, ou seja, cerca de US\$ 30 bilhões. E, desse total, o Estado do Rio de Janeiro poderá capturar uma boa fatia se tiver um ambiente melhor para atração desses investimentos — destacou Karine Fragoso.

A Firjan destaca que os investimentos previstos na fase exploratória para os próximos sete anos representam o compromisso mínimo dos consórcios vencedores, portanto, podem ser potencialmente maiores. Esses investimentos na fase exploratória já deverão resultar em demandas por: levantamento e processamento de dados geofísicos; perfuração, perfilagem, cimentação e completação de poços; estudos sísmicos; e afretamento e operação de embarcações especiais (sondas e apoio marítimo).

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Isto pode, Arnaldo?

O modelo de preço da energia brasileira adotado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) enlouqueceu. Semana passada, fez cair o preço da região Nordeste de R\$ 229,53 para R\$ 40,16/MWh. Agora, está chamando usinas termelétricas no Nordeste para atender ao sistema ao preço R\$ 965,03/MWh.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Andreza Matais e Marcelo de Moraes

Título: Notas

» Dou-lhe uma...

O MDB de Minas Gerais voltou a colocar a corda no pescoço do presidente Michel Temer. Desta vez, está de olho no Ministério da Integração Nacional.

» ...dou-lhe duas...

Se não der Integração, topam o **Ministério de Minas e Energia**. A bancada indicou o deputado Felipe Saraiva, que abriu mão da reeleição

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Fabio Serapião / Brasília

Título: PF responsabiliza Dilma por Pasadena

Novas perícias dizem que Conselho da Petrobrás, comandado por presidente cassada, agiu sem "zelo" na compra da refinaria americana,.

Duas perícias produzidas pela Polícia Federal sobre a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, colocam o Conselho de Administração da Petrobrás, à época chefiado pela presidente cassada Dilma Rousseff (PT), como um dos responsáveis pelo prejuízo milionário no negócio. Os laudos periciais são considerados provas nos processos judiciais e poderão ser utilizados para subsidiar a abertura de investigação contra os integrantes do conselho. No entendimento dos peritos, o sobrepreço pago pela Petrobrás à belga Astra Oil foi de US\$ 741 milhões.

Os laudos foram anexados ao inquérito de Pasadena que tramita sob tutela do juiz federal Sérgio Moro, em Curitiba. A investigação deu origem à denúncia – aceita no dia 18 de março por Moro – em que a Lava Jato acusa o senador cassado Delcídio Amaral (ex-PT-MS) e outros nove por corrupção e lavagem de US\$ 17 milhões provenientes da compra de 50% da refinaria.

Por causa das supostas falhas, os peritos afirmam que os conselheiros que participaram da reunião em que a compra foi definida não agiram com "o zelo necessário à análise da operação colocada" e sugerem como caminho para prosseguir a investigação a quebra dos sigilos bancários de todos eles. Estavam presentes na reunião, além de Dilma, Antonio Palocci, Cláudio Haddad, Fábio Colletti Barbosa, Gleuber Vieira e José Sergio Gabrielli.

A Petrobrás comprou Pasadena em duas etapas, em 2006 e 2012. Na primeira, pagou US\$ 359 milhões por 50% da refinaria à Astra Oil – que, no ano anterior, havia desembolsado US\$ 42 milhões por 100% dos ativos da planta. Em março de 2014, o Estado revelou que Dilma votou a favor do negócio em reunião do conselho. Segundo ela, o aval para a compra se baseou em um "resumo tecnicamente falho", que omitia cláusulas das quais, se tivesse conhecimento, não aprovaria a aquisição.

Após disputa com a Petrobrás, a Astra acionou uma dessas cláusulas e, em 2012, a estatal pagou US\$ 820 milhões pelos outros 50% da empresa belga. O negócio começou a ser investigado, em 2013, pelo Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU) com base em reportagem do Estado que mostrou a discrepância entre o valor pago pela empresa belga, em 2005, e o desembolso total efetuado pela Petrobrás pelo empreendimento.

Em outubro de 2017, o TCU responsabilizou os conselheiros pelo negócio e solicitou o bloqueio de seus bens. Sobre a explicação dada por Dilma, os peritos avaliam que o ex-diretor de Internacional da Petrobrás Nestor Cerveró pode ter repassado informações imprecisas ao conselho, ao afirmar que gerentes da empresa "promoveram um completo desvirtuamento do conteúdo" das análises econômico-financeiras apresentadas ao colegiado. Entretanto, para os peritos,

houve uma "mitigação dos controles internos e ausência de supervisão" por parte dos conselheiros.

"Nesse caso, admite-se como papel dos conselheiros o dever de evitar desvios (por erro ou fraude) dos diretores, em especial naqueles atos que exigem a sua expressa autorização", afirma o laudo pericial que aponta o sobrepreço de US\$ 741 milhões no negócio.

O senador cassado Delcídio Amaral e o ex-diretor da Petrobrás Nestor Cerveró disseram, em delação premiada, que Dilma aprovou a operação sabendo que resultaria em prejuízo.

Defesas. Procurada, a assessoria de Dilma disse que não poderia se manifestar porque não teve acesso aos relatórios da perícia. O advogado Maurício Vasconcelos, que representa Gabrielli, afirmou que o ex-presidente da Petrobrás "não conhece a tal perícia e no inquérito onde a mesma foi produzida ele não é indiciado e, muito menos, investigado".

A Petrobrás informou por meio de nota que instaurou uma comissão interna para apurar possíveis irregularidades na compra da refinaria. O empresário Fábio Barbosa, por meio de seu advogado, disse que não iria comentar porque não teve acesso aos laudos periciais.

Por meio de nota, Claudio Haddad informou que já apresentou detalhadamente sua defesa ao TCU e tem contribuído com as investigações, que seguem em segredo de Justiça.

Já a defesa do ex-ministro Antonio Palocci não respondeu aos contatos da reportagem. O Estado entrou em contato com o Exército para tentar localizar o general Gleuber Vieira, mas a instituição disse que ele foi para a reserva e não poderia tinha como encontrá-lo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Distribuidoras da Eletrobras já têm interessados, diz governo

De São Paulo- As seis distribuidoras da Eletrobras colocadas à venda já têm interessados — até mesmo as empresas consideradas mais complexas, como a Amazonas Energia—, **segundo o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa.**

Ainda assim, o plano B, de liquidar as companhias e vender suas concessões separadamente, já está em preparação na Aneel (agência reguladora do setor), disse ele, nesta terça (3), em evento do Bradesco, em São Paulo.

A liquidação ocorrerá caso o governo não consiga viabilizar o leilão até cerca de 21 de maio.

"A privatização das distribuidoras é a solução menos traumática para todo mundo. A concessão dessas empresas já acabou. Se não privatizar, vai haver a liquidação, isso não vai proteger os trabalhadores", afirmou Pedrosa.

Para ele, a situação desafiadora das companhias — que hoje têm operações deficitárias — atrai um determinado tipo de investidor com forte experiência no setor elétrico.

O edital passa pelas "últimas acomodações no texto", mas não há previsão para sua publicação, segundo ele.

Em relação à análise do TCU (Tribunal de Contas da União), Pedrosa diz que não espera problemas.

Dyogo Oliveira na presidência do BNDES, responsável pelos estudos de modelagem, será positivo, diz. "Dyogo é um entusiasta [da privatização]." Taís Hirata

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciência

Autor: TAIS HIRATA - DE SÃO PAULO

Título: Mineradora paralisará atividades em MG

Anglo American decidiu parar por 90 dias após o 2o vazamento em menos de um mês

A mineradora Anglo American vai paralisar por 90 dias as atividades de seu mineroduto em Santo Antônio do Grama (a 230 km de Belo Horizonte) para checar se as falhas da linha são estruturais, afirmou o presidente da empresa, Ruben Fernandes, nesta terça-feira (3). A empresa registrou, na semana passada, o segundo vazamento em menos de um mês no mineroduto.

O primeiro ocorreu em 12 de março, quando 300 toneladas de minério atingiram o rio e interromperam o fornecimento de água na cidade. No segundo vazamento, foram 174 toneladas, segundo a mineradora.

O executivo minimizou o impacto ambiental do vazamento, afirmando que o dano provocado teria sido mínimo e será totalmente mitigado em até 45 dias.

"As causas ainda estão sendo determinadas. Antes [do segundo vazamento], não havia nenhum indício de que o problema pudesse ser sistêmico. Agora, vamos fazer essa checagem, para avaliar se é uma falha estrutural", disse ele, em um evento do banco Bradesco nesta terça, em São Paulo.

O Ministério Público Federal instaurou um inquérito civil para investigar as causas do rompimento e os responsáveis. Foram solicitadas informações ao Ibama, à Copasa (estatal de fornecimento de água) e à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do estado.

RECUPERAÇÃO

A recuperação ambiental deverá ocorrer em um prazo de 30 a 45 dias, segundo Fernandes. Até agora, foram investidos cerca de R\$ 6 milhões, mas o valor poderá aumentar, a depender do resultado da análise que será feita nos próximos meses

O executivo ainda disse que, por se tratar de um vazamento de minério de ferro, e não de rejeitos, como no caso da Samarco, em 2015, o impacto é muito menor.

A estimativa é que cerca de 3 milhões de toneladas deixem de ser comercializados por conta da paralisação nesses 90 dias. Ainda não há um estudo do impacto no faturamento da companhia.

A expansão do mineroduto, que obteve licença em janeiro, não deverá ser afetada. "São processos paralelos."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Petróleo pode render até R\$ 70 bi este ano

Embalado pelo clima de otimismo com o setor de óleo e gás, traduzido na arrecadação recorde de R\$ 8 bilhões na 15ª rodada de concessões de blocos exploratórios, na semana passada, o governo agora quer aumentar com "uma ou duas novas áreas" a oferta de blocos no 5º leilão de partilha do pré-sal ainda este ano. **Segundo o secretário de Óleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, a expectativa é obter mais R\$ 10 bilhões para os cofres da União nas rodadas de partilha deste ano, sem contar o leilão dos excedentes da

cessão onerosa, que, se confirmado, pode elevar a arrecadação com leilões de óleo e gás no ano para mais de R\$ 70 bilhões.

O governo já tem programada para junho a 4ª rodada de partilha do pré-sal, mas tenta emplacar nova licitação - a 5ª rodada de partilha - no segundo semestre. A proposta de se criar um novo leilão do pré-sal este ano foi feita na segunda-feira, durante reunião entre representantes do ministério, da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do Tribunal de Contas da União (TCU) para discutir o futuro dos dois blocos da Bacia de Santos (S-M-645 e S-M-534) que o TCU retirou da última licitação.

A intenção, segundo Félix, é que na 5ª rodada de partilha sejam ofertados os dois blocos retirados da 15ª rodada, mais Saturno (área adjacente a esses dois blocos e que estava inicialmente programada para a 4ª rodada de partilha, em junho), "mais uma ou duas novas áreas". Questionado se o objetivo é antecipar áreas do leilão de partilha de 2019 para este ano, Félix disse que "não necessariamente". Ele, contudo, preferiu não dar detalhes sobre as áreas a serem escolhidas.

"Saturno e as duas áreas retiradas da 15ª rodada a gente vai ver como compor, de maneira que elas formem uma, ou duas, ou três áreas [leiloadas] sob o regime de partilha. Isso vai ser discutido e levado ao CNPE [Conselho Nacional de Política Energética] até o fim de abril", disse Félix ao **Valor**.

O CNPE ainda precisa autorizar a venda do S-M-534 e S-M-645 sob o regime de partilha, porque os dois blocos estão fora da área demarcada por lei como polígono do pré-sal. Pela legislação, os blocos dentro dessa área só podem ser vendidos pelo regime de partilha de produção, enquanto aqueles localizados fora do polígono podem ser explorados no regime de concessão.

Na 15ª rodada, o governo tentou leiloar os dois ativos sob contratos de concessão, mas o TCU entendeu que os dois blocos deveriam ser licitados sob regime de partilha, já que existem indícios de que compartilham o mesmo reservatório da área de Saturno, que está dentro do polígono do pré-sal. Nesse caso, o TCU orienta que os dois que estão fora também sejam oferecidos sob a partilha.

Segundo o TCU, a licitação do S-M-645 e S-M-534 nesse formato evitaria, no futuro, um potencial unitização (individualização da produção de reservatórios diferentes em um único projeto de investimento), processo que fica ainda mais complexo quando envolve sócios e regimes contratuais diferentes.

Segundo Félix, o CNPE vai apreciar uma minuta de decreto presidencial determinando que as duas áreas sejam consideradas estratégicas. Isso permitirá

que sejam oferecidas no regime de partilha, mesmo fora das coordenadas estabelecidas na lei como sendo o pré-sal. "A partir daí segue para a Casa Civil, que decide se será necessário um decreto ou uma resolução", disse.

Félix estima que o governo pode arrecadar R\$ 18 bilhões com a 15ª rodada de concessões e os dois leilões de partilha projetados. "Com o leilão dos excedentes da cessão onerosa a arrecadação passa dos R\$ 70 bilhões, sem contar com o fluxo de caixa que esses investimentos vão trazer", afirmou.

Os excedentes da cessão onerosa - volume além dos 5 bilhões de barris descobertos em áreas cedidas à Petrobras na época da capitalização da estatal, em 2010 - podem atingir entre 6 bilhões e 15 bilhões de barris já descobertos, segundo estimativa da Gaffney, Cline. Esses recursos poderão ser vendidos em leilão, a depender das negociações entre a Petrobras e o governo para a revisão do contrato.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curta

Consumo de combustível

O consumo nacional de combustíveis cresceu 0,95% em fevereiro, ante igual mês do ano passado, e fechou o primeiro bimestre com alta de 2,3%, frente aos dois primeiros meses de 2017. Segundo dados da ANP, foram vendidos 10,217 bilhões de litros em fevereiro. A comercialização de diesel aumentou 2,13% em fevereiro. A comercialização de diesel aumentou 2,13% em fevereiro. Foi o 10º mês seguido de crescimento nas vendas do derivado.

O mercado do Ciclo Otto (gasolina e/ou etanol) registrou retração de 1,7% no primeiro bimestre, em gasolina equivalente, depois de ter crescido 0,9% em 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras versus ANP

A Petrobras obteve uma decisão favorável e um desfecho positivo em duas disputas com a ANP, envolvendo o pagamento de participações governamentais

à União. Na primeira delas, a Petrobras obteve decisão cautelar favorável no Tribunal Arbitral, no processo que discute a unificação dos campos do Parque das Baleias (ES). A petroleira entende que o parque é composto por vários campos diferentes, enquanto a ANP afirma que todos eles fazem parte de uma única área produtora - o que, na prática, eleva a cobrança de participações especiais sobre o ativo. A Petrobras fica afastada da necessidade de depósito ou pagamento dos valores referentes à diferença de participações especiais discutidas. No segundo processo, a ANP decidiu pela nulidade do processo administrativo que trata da cobrança de participações governamentais sobre o campo de Lula (Bacia de Santos). As partes tinham interpretações divergentes sobre os preços de petróleo no cálculo das cobranças.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Medidas da Aneel equilibram distribuidoras da Eletrobras

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) avalia que as medidas tomadas pela agência e pela Eletrobras tornam "equilibradas" as concessões das seis distribuidoras do grupo estatal que terão o controle colocado a venda no leilão de 21 de maio. O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse que a iniciativa da agência envolveu uma flexibilização regulatória para as concessionárias com problemas de gestão.

O diretor considera que a flexibilização proposta minimiza as duras penalidades por descumprimento de obrigações de qualidade, garante o acesso a recursos de fundos do setor e prevê novas condições contratuais para requerer aumentos das tarifas como compensação pelos pesados investimentos nos primeiros anos da concessão.

"Acreditamos que boa parte das questões já foram mitigadas. Claro que são concessões desafiadoras dada a condição em que elas se encontram. O agente que entrará lá tem de estar preparado para enfrentar a situação", afirmou Rufino. Ele ressaltou que a agência realizou "ajustes prévios" ao lançamento do edital de privatização permitindo que custos operacionais estejam refletidos em "tarifas realistas" que serão cobradas dos consumidores.

Outra preocupação envolveu o estímulo aos investimentos, o que exigiu adaptação no contrato de concessão. "O novo concessionário poderá pedir a revisão tarifária no primeiro, no segundo ou no terceiro ano de contrato. Não precisa esperar cinco anos porque se trata de revisão extraordinária, atípica", afirmou.

Rufino lembrou que a Eletrobras também teve que tomar "providências" para atrair investidores ao negócio de distribuição no Norte e Nordeste. Ele citou a transferência de dívidas das distribuidoras para a holding, o que gerava incerteza à compra do controle.

Sobre o temor das distribuidoras serem liquidadas se a privatização não ocorrer, Rufino disse que a Eletrobras teria direito à indenização sobre investimentos ainda não amortizados, mas precisaria assumir toda a massa falida. Já a Aneel se encarregaria de licitar uma nova concessão para cada um dos Estados.

"Nossa maior preocupação é a liquidação. Não havendo compradores a empresa cai no limbo. O que vai acontecer no dia seguinte? Imaginamos uma indefinição parecida com a da Varig ", disse o diretor-presidente da Eletrobras Distribuição Amazonas, Tarcísio Rosa, após audiência pública no Senado. Para ele, a Aneel provavelmente partiria para a intervenção administrativa nas distribuidoras não privatizadas, situação que permaneceria até a escolha de novo concessionário por licitação.

Rosa avalia que o governo precisa concentrar forças na reta final de realização do leilão das distribuidoras. Para ele, os investidores querem apenas tirar as últimas dúvidas no data-room que será realizado nos próximos 15 dias para entrarem confiantes na disputa. "Faltam mesmo definições de quais dívidas de fato vão para Eletrobras ou Tesouro. O investidor quer saber qual é realmente o valor da dívida. Se ele pergunta isso hoje, ninguém responde. Essa é a incerteza maior."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras põe mais três ativos à venda

A Petrobras pisou no acelerador e colocou à venda mais três ativos de seu portfólio de campos marítimos. Com uma meta de desinvestimentos de US\$ 21 bilhões, para o biênio 2017/2018, a companhia cumpriu, até o momento, cerca de 20% do plano traçado e promete acelerar as negociações nos próximos meses.

A empresa abriu a concorrência para venda da totalidade do campo de Baúna, que produz em águas rasas da Bacia de Santos; e de 50% de Tartaruga Verde e do módulo 3 de produção de Espadarte, ambos localizados em águas profundas da Bacia de Campos e que devem entrar em operação em 2018 e 2021, respectivamente.

Tartaruga Verde e Baúna não são novidades dentro do programa de vendas da petroleira. Os dois ativos chegaram a ser negociados com a australiana Karoon, mas o negócio foi cancelado depois que o Tribunal de contas da União (TCU) determinou que a estatal brasileira revisse a sistemática de seu plano de venda.

Os três se juntam a outros 107 campos em fase de desinvestimento pela estatal, no Brasil, e aos ativos de exploração e produção na África. Além disso, a petroleira inclui em sua carteira de ativos ofertados uma série de outros, como a Transportadora Associada de Gás (TAG) e a refinaria de Pasadena.

Ao todo, a Petrobras está se desfazendo de cerca de 7% de sua produção atual no mundo, por meio do programa de desinvestimento em curso. Com base em dados públicos da Agência Nacional de Petróleo (ANP), de fevereiro, as áreas à venda pela petroleira brasileira somam uma produção de 134 mil barris diários de petróleo.

O número leva em conta a venda de 25% do campo de Roncador, para a Statoil (negócio ainda não concluído); os oito polos de produção terrestre, no Nordeste; os sete polos de produção em águas rasas, no Sudeste e Nordeste; e o campos de Baúna, no pós-sal da Bacia de Santos, cujo desinvestimento foi anunciado ontem pela empresa.

Além dos ativos no Brasil, a Petrobras também está se desfazendo de sua fatia de 50% na Petrobras África, que totaliza uma produção líquida para a empresa de 21 mil barris/dia.

A Petrobras tem como meta para este ano produzir, em média, 2,1 milhões de barris/dia no Brasil. O cálculo já leva em consideração o programa de desinvestimento em curso pela empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Controle da Baldin na berlinda

A família Baldin, que atua no segmento de açúcar e etanol desde a década de 1960, pode perder o controle da Nova Baldin, empresa criada a partir da recuperação judicial da Baldin Bionergia.

Na segunda-feira, uma decisão em segunda instância validou uma decisão do juízo da recuperação que autorizava uma avaliação independente a respeito do valor da Nova Baldin - criada para receber parte da conversão das dívidas que os credores da Baldin Bionergia tinham a receber em participação acionária.

O plano, homologado em 2014, previa que os credores tinham direito de converter seus créditos em 50% de ações ordinárias e 50% de ações preferenciais na Nova Baldin. Com essa conversão, a família Baldin veria sua participação no negócio diluída na Nova Baldin, mas o plano garantia que essa fatia seria no mínimo de 25%, enquanto aos credores seria reservada uma participação máxima de 75%.

A conversão, porém, foi realizada com base em uma avaliação apresentada pela empresa baseada em um cálculo de rentabilidade futura da Nova Baldin, prevendo aumento patrimonial de R\$ 150 milhões. Os credores que aderiram à conversão questionaram a avaliação, já que, na época da recuperação, o patrimônio líquido da Baldin Bioenergia era negativo.

Com base na avaliação patrimonial apresentada pelos Baldin, a família consegue se manter no controle do negócio. Desde a aplicação do plano, o comando da empresa não saiu nas mãos da família. Já os credores que aderiram à conversão detinham créditos de R\$ 130 milhões e defendem que esse valor garantiria a eles a participação máxima à qual teriam direito na Nova Baldin (75%).

Um dos credores que pode se beneficiar caso os Baldin sejam retirados do controle do negócio é a família Bryan Correa, um dos principais fornecedores de cana da região de Pirassununga, onde estão as duas usinas da Nova Baldin.

Os Bryan Correa consideram que a "obstinação" dos Baldin em não ceder o controle é o motivo de "dificuldades operacionais" das duas unidades, segundo Leandro Augusto Ramozzi Chiarottino, do escritório Chiarottino e Nicoletti Advogados, que os representa.

A decisão de segunda, proferida pelo desembargador Cesar Ciampolini, recusou um recurso dos Baldin, que buscava impedir nova avaliação patrimonial. A avaliação havia sido autorizada pelo juiz Donek Hilsenrath Garcia em decisão de 22 de fevereiro, que também invalidou as assembleias de credores de 2015 que aprovaram o aumento do capital social da Nova Baldin.

A avaliação deverá agora ser feita pela PwC e deverá indicar o valor patrimonial da companhia e a participação que os credores e os Baldin terão no negócio.

MME / ASCOM .